

O pensar ambiental: desenvolvimento do pensamento sustentável¹

Pensamiento ambiental: desarrollo del pensamiento sustentable

Environmental thinking: development of sustainable thinking

André Felipe de Moraes Marques²

Aguinaldo de Jesus de Moraes Marques³

Resumo

Resumo

O conceito de sustentabilidade, introduzido no Relatório de Brundtland de 1987, visa atender às necessidades atuais sem comprometer as futuras gerações. A ECO-92 destacou a resistência dos EUA em comprometer-se com mudanças climáticas devido a questões econômicas. A sustentabilidade é manipulada por detentores de poder para justificar ações prejudiciais ao meio ambiente. Fábio Balestro Floriano critica a visão antropocêntrica da modernidade, que resultou em práticas insustentáveis. O pensamento sustentável busca uma nova relação entre homem e natureza, baseada no respeito aos limites ecológicos. O desenvolvimento sustentável enfrenta críticas por ser uma ferramenta do capitalismo para perpetuar a exploração de recursos. Hans Jonas propõe o princípio da responsabilidade, enfatizando as consequências das ações humanas para as futuras gerações. A educação ambiental promove uma cidadania planetária, mas o desenvolvimento sustentável é criticado por não abordar as raízes estruturais da crise ambiental. A verdadeira sustentabilidade requer uma transformação profunda das práticas econômicas, sociais e políticas, e uma mudança na ética que orienta as ações humanas. Os resultados indicam que o conceito de desenvolvimento sustentável é superficial e contraditório. A adoção do princípio da responsabilidade e uma educação ambiental abrangente são fundamentais para garantir um futuro sustentável e a preservação do meio ambiente.

Palavras-Chave: Sustentabilidade; Desenvolvimento sustentável; Princípio da responsabilidade; Educação ambiental; Críticas ao capitalismo

Resumen

El concepto de sostenibilidad, introducido en el Informe de Brundtland de 1987, busca satisfacer las necesidades actuales sin comprometer las generaciones futuras. La ECO-92 destacó la resistencia de los EE.UU. a comprometerse con cambios climáticos debido a cuestiones económicas. La sostenibilidad es manipulada por los detentores del poder para justificar acciones perjudiciales para el medio ambiente. Fábio Balestro Floriano critica la visión antropocéntrica de la modernidad, que resultó en prácticas insostenibles. El pensamiento sostenible busca una nueva relación entre el hombre y la naturaleza, basada en el respeto a los límites ecológicos. El desarrollo sostenible enfrenta críticas por ser una herramienta del capitalismo para perpetuar la explotación de recursos. Hans Jonas propone el principio de responsabilidad, enfatizando las consecuencias de las acciones humanas para las futuras generaciones. La educación ambiental promueve una ciudadanía planetaria, pero el

¹ Artigo apresentado no X Encontro Humanístico Multidisciplinar - EHM e IX Congresso Latino-Americano de Estudos Humanísticos Multidisciplinares, na modalidade online, em 2024.

² Graduando em Gestão Ambiental; Universidade da Amazônia; Belém, Pará, Brasil; afmarques07@gmail.com.

³ Doutorando em Ciências Ambientais; Universidade do Estado do Pará; Belém, Pará, Brasil; aguinaldoj2m@gmail.com

desarrollo sostenible es criticado por no abordar las raíces estructurales de la crisis ambiental. La verdadera sostenibilidad requiere una transformación profunda de las prácticas económicas, sociales y políticas, y un cambio en la ética que orienta las acciones humanas. Los resultados indican que el concepto de desarrollo sostenible es superficial y contradictorio. La adopción del principio de responsabilidad y una educación ambiental integral son fundamentales para garantizar un futuro sostenible y la preservación del medio ambiente.

Palabras-clave: Sostenibilidad; Desarrollo sostenible; Principio de responsabilidad; Educación ambiental; Críticas al capitalismo.

Abstract

The concept of sustainability, introduced in the 1987 Brundtland Report, aims to meet current needs without compromising future generations. ECO-92 highlighted the resistance of the USA to commit to climate change due to economic issues. Sustainability is manipulated by power holders to justify actions harmful to the environment. Fábio Balestro Floriano criticizes the anthropocentric view of modernity, which resulted in unsustainable practices. Sustainable thinking seeks a new relationship between humans and nature, based on respect for ecological limits. Sustainable development faces criticism for being a tool of capitalism to perpetuate resource exploitation. Hans Jonas proposes the principle of responsibility, emphasizing the consequences of human actions for future generations. Environmental education promotes planetary citizenship, but sustainable development is criticized for not addressing the structural roots of the environmental crisis. True sustainability requires a profound transformation of economic, social, and political practices, and a change in the ethics guiding human actions. The results indicate that the concept of sustainable development is superficial and contradictory. The adoption of the principle of responsibility and comprehensive environmental education are fundamental to ensuring a sustainable future and the preservation of the environment.

Keywords: Sustainability; Sustainable development; Principle of responsibility; Environmental education; Criticisms of capitalism..

1. Introdução - sustentabilidade: de onde? Para onde?

O conceito da sustentabilidade tem sua primeira aparição no Relatório de Brundtland, em 1987, onde, aparece claramente a expressão “desenvolvimento sustentável”, definido como “aquele que atende as necessidades das gerações atuais sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atenderem a suas necessidades e aspirações”. (BOFF, 2017). No entanto, há um marco histórico importante para o Brasil, que foi a ECO-92, também conhecida como Cúpula da Terra ou pelo seu nome oficial, Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - CNUMAD, sediado no Rio de Janeiro em 1992, um dos principais atores mundiais da época, era os Estados Unidos da América - E.U.A, e já demonstrava em que haveria não somente resistência, mas irreduzibilidade. Segundo o jornalista Washington Novaes (1992):

Já enfrentando os problemas da recessão e do desemprego num ano de campanha presidencial, os EUA vêm-se às voltas também com a necessidade de desmontar parcialmente o complexo industrial militar, inviabilizado por falta de objetivos. A desmontagem, entretanto, agravaria a

recessão e o desemprego. [...] Por isso, em lugar de desativação, aprovou-se a construção de mais dois submarinos Seawolf, ao custo de 3 bilhões de dólares. Embora não tenham alvos, os submarinos asseguram 20 mil empregos. [...] Nesse quadro, como pensar que o ator principal na questão das mudanças climáticas aceitasse o papel que lhe cabia.

Desse modo, conseguimos verificar que a sustentabilidade também é refém dos detentores de poder, os quais conseguem alterar a seu bel prazer a ordem de prioridade, justificando suas ações como sacrifícios para o bem comum. O vice-presidente dos Estados Unidos, Dan Quayle, argumentava que, numa hora de recessão e desemprego, era prioritário aumentar a produção, ainda que a certos custos ambientais. (NOVAES, 1992). Esse tipo de discurso nos ajuda a compreender como interesses econômicos e sociais se sobressaem em relação aos interesses ambientais. Por isso, há uma certa confusão quando falamos sobre sustentabilidade, a verdade é que, desde a definição da Comissão Brundtland, já surgiram inúmeras definições e, com certeza, existirão muitas outras no futuro, porém, o ponto comum em todas elas, quando analisadas detalhadamente, está nas dimensões que compõem o termo sustentabilidade. A maioria dos estudos afirma que sustentabilidade é composta de três dimensões que se relacionam: econômica, ambiental e social. (CLARO;CLARO;AMÂNCIO, 2008) Desse modo, entendemos que não trata-se de colocar a esfera ambiental em primeiro plano, mas de conversas entre as três esferas. No entanto, como fazê-lo quando interesses ambientais encontram-se em último plano?

Em um contexto filosófico, Floreano (2007) identifica “os pressupostos internos da modernidade” como as raízes do pensamento insustentável atual. Esses pressupostos incluem a visão antropocêntrica que coloca o ser humano no centro do universo, como mestre e dominador do ambiente natural. Essa perspectiva, que se consolidou com a transição do Medievo à Modernidade, alterou profundamente a relação do homem com a natureza. O texto menciona que “a aplicação do princípio antropocêntrico à vida cotidiana legou-nos a errônea ideia de que o homem era o mestre do ambiente que o cercava.”

Essa mudança de paradigma trouxe consequências desastrosas, como extinções em massa, mudanças climáticas bruscas e esgotamento de recursos naturais. A falácia da dominação humana sobre a natureza levou a práticas insustentáveis que desconsideram os limites ecológicos e a interdependência entre os seres vivos e seus habitats.

A partir dessa crítica, podemos inferir que as origens do pensamento sustentável estão na necessidade de superar esses pressupostos modernos e antropocêntricos. O pensamento sustentável busca uma nova relação entre o homem e a natureza, fundamentada no respeito aos limites ecológicos e na compreensão da interdependência entre todos os seres vivos. Esse novo paradigma propõe uma visão centrada em ecossistemas sustentáveis, onde o desenvolvimento humano não comprometa a capacidade das gerações futuras de atenderem às suas próprias necessidades.

Ainda segundo Floreano (2007), a abordagem dialética, que contrapõe argumentos e fatos, é a mais adequada para elucidar as origens do pensamento insustentável e elaborar alternativas sustentáveis. A perspectiva dialógica permite um diálogo crítico que questiona os pressupostos estabelecidos e busca novas formas de pensar e agir em relação ao meio ambiente.

Portanto, as origens do pensamento sustentável podem ser vistas como uma resposta crítica aos pressupostos insustentáveis da modernidade. Elas estão enraizadas na busca por uma relação mais equilibrada e respeitosa com a natureza, que reconheça a interdependência entre todos os seres vivos e promova práticas que garantam a sustentabilidade ecológica a longo prazo.

2. Metodologia

A metodologia deste trabalho, trata-se de uma revisão bibliográfica que tem como objetivo, demonstrar como consolidou-se o pensar ambiental: desenvolvimento do pensamento sustentável. Em se tratando de um tema denso, utilizamos de pesquisas em bancos de dados científicos diversos, com auxílio do buscador Google Acadêmico, Scupira e Scopus, pesquisou-se termos como “História da Sustentabilidade”, “O que é sustentabilidade?”, “Desafios da Sustentabilidade”, “Antropocentrismo”, “Princípios da Sustentabilidade”. Em se tratando de um tema conceitual, escolhemos literaturas densas mas que fossem direcionadas para o propósito do texto de modo a facilitar o entendimento do leitor.

3. Breve (Des)caminhos

A sustentabilidade como conceito essencial para a preservação do meio ambiente e a garantia de direitos humanos fundamentais começou a ganhar destaque quando se percebeu que a saúde do ecossistema está intrinsecamente ligada à qualidade de vida e à dignidade humana. A relação de dependência entre o ser humano e a natureza sempre existiu, mas a degradação ambiental crescente trouxe à tona a necessidade de um desenvolvimento que não comprometa o futuro das próximas gerações (De Freitas & Zambam, 2015).

O conceito de desenvolvimento sustentável surgiu como uma resposta a essa necessidade. Ele propõe um equilíbrio entre o progresso econômico e a preservação ambiental, de modo que as necessidades do presente sejam atendidas sem prejudicar a capacidade das futuras gerações de atenderem às suas próprias necessidades. No entanto, a ética utilitarista, que prioriza a maximização da utilidade e a eficiência a qualquer custo, foi criticada por ser incapaz de guiar a humanidade rumo a um desenvolvimento verdadeiramente sustentável. O utilitarismo pode justificar sacrifícios de direitos fundamentais em prol de um bem maior, o que pode levar a decisões moralmente questionáveis e à degradação ambiental (De Freitas & Zambam, 2015).

Em contraste, Hans Jonas propôs o princípio da responsabilidade, que enfatiza a necessidade de considerar as consequências das ações humanas para as futuras gerações e para a preservação da vida no planeta. Jonas argumenta que a técnica moderna e o progresso tecnológico impõem uma nova dimensão de responsabilidade ética, que deve ser incorporada nas políticas públicas e nas ações individuais. Este princípio propõe que as ações humanas devem ser compatíveis com a permanência de uma vida autêntica na Terra (Jonas, 2006).

A Declaração de Estocolmo, em 1972, foi um marco na integração do meio ambiente como um direito humano fundamental e abriu caminho para a inclusão do direito ao meio ambiente nas constituições de diversos países. Posteriormente, o Relatório Brundtland, apresentado pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento em 1987, destacou os principais problemas ambientais e introduziu o conceito de desenvolvimento sustentável, associando-o à redução da pobreza e à justiça social (De Freitas e Zambam, 2015).

A educação ambiental é vista como fundamental para promover uma ética da alteridade e formar uma cidadania planetária capaz de conduzir a humanidade rumo a um futuro sustentável. A educação deve ser transformadora, incorporando princípios ecológicos e promovendo a conscientização sobre os limites do crescimento econômico e a necessidade de preservar o meio ambiente. A racionalidade ambiental e as informações sobre a natureza são essenciais para acolher as reivindicações do ecossistema e mostrar os caminhos para a sobrevivência (Leff, 2010).

No contexto atual, o progresso técnico-industrial e a expansão demográfica continuam a exercer pressão sobre os recursos naturais, o que torna indispensável a adoção de políticas efetivas de controle e equilíbrio das práticas econômicas. A sustentabilidade deve ser entendida como um princípio ético-jurídico, essencial para a justiça e a dignidade humana. O desenvolvimento sustentável é um imperativo ético e uma responsabilidade coletiva que requer mudanças profundas nas práticas econômicas, sociais e políticas. A superação do utilitarismo e a adoção do princípio da responsabilidade são fundamentais para garantir um futuro viável para as próximas gerações e para a preservação do meio ambiente (De Freitas e Zambam, 2015).

4. Pensamentos Contraditórios

A discussão sobre sustentabilidade e desenvolvimento sustentável revela várias contradições fundamentais que ilustram os desafios e dilemas éticos envolvidos. Uma das principais contradições é entre o utilitarismo e o princípio da responsabilidade. O utilitarismo busca maximizar a felicidade ou utilidade total, muitas vezes justificando sacrifícios individuais em prol do bem maior. No entanto, essa abordagem pode levar a "monstruosidades morais", onde direitos fundamentais são sacrificados para alcançar maior eficiência ou felicidade para a maioria. Em contraste, o princípio da responsabilidade, proposto por Hans Jonas, enfatiza a responsabilidade ética pelas consequências das ações humanas, especialmente em relação às futuras gerações. Jonas argumenta que o progresso técnico e a capacidade de intervenção humana na natureza exigem uma nova ética que considere o impacto a longo prazo, algo que o utilitarismo tradicional não consegue abarcar adequadamente.

Outra contradição significativa está entre o progresso técnico-industrial e a sustentabilidade. A busca incessante por progresso técnico e crescimento econômico tem levado a uma exploração desenfreada dos recursos naturais. Esta abordagem, muitas vezes justificada por ganhos econômicos imediatos, ignora as consequências ambientais e sociais a longo prazo. Por outro lado, a sustentabilidade requer um equilíbrio entre desenvolvimento econômico e preservação ambiental, garantindo que as necessidades do presente sejam atendidas sem comprometer as futuras gerações. A dificuldade de conciliar o crescimento econômico contínuo com a conservação dos recursos naturais exemplifica essa contradição.

Há também uma tensão entre a preservação dos direitos fundamentais e a eficiência econômica. A preservação dos direitos fundamentais, como o direito a um meio ambiente saudável, é essencial para a dignidade humana. No entanto, a ética utilitarista pode justificar a violação desses direitos em nome da eficiência econômica e do bem-estar maior da sociedade. A busca por eficiência econômica pode levar a políticas que priorizam o crescimento e o desenvolvimento a qualquer custo, muitas vezes em detrimento dos direitos individuais e da justiça social, resultando em desigualdades sociais e degradação ambiental.

A educação tradicional e a educação ambiental também se encontram em uma relação contraditória. A educação tradicional, focada na qualificação para o mercado de trabalho e no sucesso competitivo, pode negligenciar a importância da conscientização ambiental e da ética da alteridade. Em contraste, a educação ambiental propõe uma transformação radical da educação, incorporando princípios ecológicos e promovendo uma cidadania planetária. A educação tradicional muitas vezes não prepara os indivíduos para enfrentar os desafios ambientais e sociais do desenvolvimento sustentável.

Por fim, há uma contradição entre o curto prazo e o longo prazo. Políticas e ações focadas em ganhos imediatos e benefícios a curto prazo podem ser atraentes, mas frequentemente ignoram as consequências a longo prazo. Esta abordagem pode levar a decisões que comprometem a sustentabilidade. A sustentabilidade exige uma visão de longo prazo, onde as ações presentes são avaliadas pelo seu impacto futuro. A dificuldade de implementar políticas que priorizem o bem-estar das futuras gerações em um contexto de pressões econômicas e políticas imediatas exemplifica essa contradição.

Essas contradições refletem os desafios complexos e interconectados que a humanidade enfrenta ao tentar equilibrar desenvolvimento econômico, justiça social e preservação ambiental. A superação dessas contradições requer uma mudança profunda nas práticas econômicas, sociais e políticas, bem como na ética que orienta as ações humanas.

5. Limites do pensamento

O conceito de desenvolvimento sustentável enfrenta inúmeras críticas devido às suas contradições e limitações intrínsecas. Em primeiro lugar, há uma contradição fundamental ao tentar conciliar o desenvolvimento econômico, que tradicionalmente implica aumento de poluição e degradação ambiental, com a preservação ambiental, que exige a limitação dessas mesmas poluições. Essa contradição torna o conceito incoerente e de difícil aplicação prática, pois busca harmonizar objetivos que são, na essência, conflitantes.

Além disso, o desenvolvimento sustentável é frequentemente visto como uma estratégia do capitalismo para perpetuar seu modo de produção. Em vez de efetivamente resolver os problemas ambientais, ele serve para manter a lógica de acumulação de riquezas e lucro exacerbado, disfarçando a exploração contínua dos recursos naturais. Este ponto de vista sugere que o desenvolvimento sustentável é mais uma ferramenta para mascarar a verdadeira natureza do capitalismo, que é intrinsecamente insustentável devido à sua dependência de crescimento contínuo e exploração de recursos.

As medidas propostas pelo desenvolvimento sustentável são frequentemente paliativas e imediatistas, não abordando as raízes estruturais da crise ambiental. Essas medidas tendem a ser mais simbólicas do que efetivas, oferecendo apenas uma redução mínima dos danos ambientais sem resolver o problema subjacente do modelo de produção capitalista. Por exemplo, iniciativas como a reciclagem e o uso de energias renováveis são importantes, mas insuficientes se não forem acompanhadas por mudanças profundas na forma como a economia global opera.

O desenvolvimento sustentável também não resolve a questão da finitude dos recursos naturais diante do caráter expansionista da sociedade industrial. A contínua expansão do capitalismo globalmente aumenta a demanda por recursos, levando à sua rápida escassez e agravando a crise ambiental. A ideia de que podemos continuar a crescer economicamente

sem limites enquanto protegemos o meio ambiente é, na melhor das hipóteses, ingênua e, na pior, deliberadamente enganosa.

Outro ponto crítico é a desigualdade global. O conceito de desenvolvimento sustentável não leva em consideração a impossibilidade de todos os países alcançarem os mesmos padrões de consumo dos países centrais do capitalismo. Há uma desigualdade inerente na distribuição e no acesso aos recursos naturais, que o desenvolvimento sustentável não consegue resolver. Isso perpetua um sistema onde os benefícios do crescimento são desigualmente distribuídos, exacerbando as disparidades entre nações ricas e pobres.

Para muitos autores, a verdadeira sustentabilidade ambiental só seria possível com a superação do modo de produção capitalista. O desenvolvimento sustentável, ao não propor uma mudança estrutural profunda, acaba sendo uma solução limitada e ineficaz. A sustentabilidade real requer uma reestruturação fundamental da economia global, que privilegie a equidade, a justiça social e a preservação ambiental acima do lucro.

Embora a educação ambiental seja vista como um caminho para enfrentar a crise, ela precisa ser mais abrangente, incorporando aspectos econômicos, políticos e culturais. Sem uma transformação das consciências e comportamentos das pessoas, a simples educação ambiental não será suficiente para resolver a crise. A educação deve promover uma compreensão crítica das relações entre sociedade, economia e meio ambiente, capacitando os indivíduos a questionar e desafiar os sistemas que perpetuam a degradação ambiental.

Em resumo, o conceito de desenvolvimento sustentável é criticado por ser superficial e contraditório. Ele não aborda as causas profundas da crise ambiental e serve mais como um mecanismo para perpetuar o capitalismo do que para efetivamente proteger o meio ambiente. A verdadeira sustentabilidade exigirá uma transformação radical das estruturas econômicas e sociais, bem como uma mudança profunda nas atitudes e comportamentos humanos em relação ao meio ambiente.

6. Conclusão

Este trabalho abordou a complexidade do conceito de sustentabilidade e seu desenvolvimento ao longo do tempo, destacando as críticas e contradições inerentes ao desenvolvimento sustentável. A análise revelou que, embora a sustentabilidade seja essencial

para a preservação do meio ambiente e a garantia de direitos humanos fundamentais, sua aplicação prática enfrenta desafios significativos.

A conscientização e a educação ambiental emergem como ferramentas cruciais para promover uma cidadania planetária e uma ética da alteridade. A incorporação do princípio da responsabilidade, conforme proposto por Hans Jonas, enfatiza a necessidade de considerar as consequências das ações humanas para as futuras gerações, promovendo uma ética mais sustentável. No entanto, o conceito de desenvolvimento sustentável enfrenta contradições ao tentar conciliar crescimento econômico com preservação ambiental, o que dificulta a implementação de políticas verdadeiramente sustentáveis. Além disso, o desenvolvimento sustentável é frequentemente criticado por ser uma ferramenta do capitalismo para perpetuar a exploração de recursos naturais, sem abordar as raízes estruturais da crise ambiental. As ações propostas tendem a ser simbólicas e imediatistas, não resolvendo os problemas subjacentes do modelo de produção capitalista.

Apesar dessas limitações, há várias aplicações e extensões possíveis. A adoção de políticas públicas que incorporem o princípio da responsabilidade pode promover uma gestão mais sustentável dos recursos naturais, assegurando a preservação ambiental a longo prazo. Reformar os currículos educacionais para incluir princípios ecológicos e promover uma compreensão crítica das relações entre sociedade, economia e meio ambiente é fundamental para formar cidadãos conscientes e responsáveis. Além disso, uma reestruturação fundamental da economia global, que privilegie a equidade, a justiça social e a preservação ambiental, é necessária para alcançar uma verdadeira sustentabilidade.

Para trabalhos futuros, recomenda-se a adoção de abordagens interdisciplinares, integrando conhecimentos de economia, sociologia, ecologia e ética para desenvolver soluções mais holísticas e eficazes. Investigar e analisar políticas públicas que tiveram sucesso em promover a sustentabilidade pode oferecer modelos replicáveis para outras regiões e contextos. Além disso, investir em pesquisa e desenvolvimento de tecnologias sustentáveis que minimizem o impacto ambiental e promovam a eficiência no uso de recursos naturais é essencial.

Em suma, este trabalho reforça a necessidade de uma transformação profunda nas práticas econômicas, sociais e políticas, bem como na ética que orienta as ações humanas, para garantir um futuro sustentável e a preservação do meio ambiente.

Referências

BOFF, L. **Sustentabilidade: o que é - o que não é.** ed. digital. Editora Vozes. Rio de Janeiro, 2017

CLARO, P. B. O; CLARO, D. P; AMÂNCIO, R. **Entendendo o conceito de sustentabilidade nas organizações** Revista de Administração - RAUSP, vol. 43, núm. 4, pp. 289-300 Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008

FLORIANO, F. B. (2007). **ANÁLISE HISTÓRICA E FUTURA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.** *Salão de Extensão (08.: 2007: Porto Alegre, RS). Caderno de resumos. Porto Alegre: UFRGS/PROEXT, 2007.*

FREITAS, F. M., & ZAMBAM, N. J. **O utilitarismo e o princípio responsabilidade para o desenvolvimento sustentável.** *Revista Direito Ambiental e Sociedade*, 5(2), 28-53., 2015

JONAS, H. (2006). **O princípio da responsabilidade: Ensaio de uma ética para a civilização tecnológica.** Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio.

LEFF, E. (2010). **Discursos sustentáveis** (2ª ed.). São Paulo: Cortez.

NOVAES, W.. **Eco-92: avanços e interrogações.** *Estudos Avançados*, v. 6, n. 15, p. 79–93, maio 1992